

DESAFIOS DA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA EM SAÚDE NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO DIANTE DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E DO SUBFINANCIAMENTO: REVISÃO DE ESCOPO

CHALLENGES IN UNIVERSITY HEALTH EDUCATION IN BRAZILIAN PUBLIC HIGHER EDUCATION IN THE FACE OF ACADEMIC LABOR PRECARIZATION AND UNDERFUNDING: A SCOPING REVIEW

Artigo recebido em: 8/28/2025

Artigo aceito em: 11/27/2025

The authors declare that there is no conflict of interest

Sadi Antonio Pezzi Junior*

*Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0215626932799555>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6606-5112>

juniorspezzi@gmail.com

Elisabete Soares de Santana**

**Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1149505575311414>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-5773-3879>

elisabetesoes349@gmail.com

Lidiane Indiani***

***Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6644757899422092>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-5719-1872>

lidianeindiani@gmail.com

Daniel Gomes Fialho****

****Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), São Paulo, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-2249-0658>

danfialho@hotmail.com

Rhasna Prudêncio*****

*****Faculdade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Itajaí, Santa Catarina, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-9629-9901>

hasnnaprudencio@outlook.com

Islandia Maria Rodrigues Silva*****

*****Escola Nacional de Saúde Pública - Ensp da Fiocruz, Secretaria Estadual da Saúde do Piauí (SESAPI)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4370487896972880>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2451-4749>

islaenf@hotmail.com

Pedro Gonçalves Alcântara*****

*****Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8768090886740353>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-2410-1751>

pgalcantara@ucs.br



Estefania Gissele Heredia Segovia*****

*****Universidad de las Américas, São Paulo, São Paulo, Brasil
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5404439476983062>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5928-0831>
estefyheredia96@gmail.com

Carlos de Oliveira Farias Júnior *****

***** Universidade Federal Fluminense (UFF), Sorocaba, São Paulo, Brasil
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5615333385867298>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-9188-1565>
juniorfarias_med@hotmail.com

Maria Julia Kapp Bressan*****

*****Centro Universitário Claretiano, Rio Claro, São Paulo, Brasil
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7664039207389114>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-1266-1877>
mjkbressan@gmail.com

Giuseppe Antonio Bonfante Sanches Corrêa*****

*****Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2720061356785660>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-2780-1098>
giuseppesanches@hotmail.com

Marcela Hikari Cabral Kato*****

*****Faculdade Uninassau, São Paulo, São Paulo, Brasil
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-9533-6183>
marcelakato5@gmail.com

Maria Vitória Feitosa Carvalho*****

*****Centro Universitário de Maceió (UNIMA - AFYA), Maceió, Alagoas, Brasil
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3134855475328541>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-1684-3913>
mariavitoriafcarvalho@gmail.com

João Fernandes Floriano*****

*****Centro Internacional de Pesquisa Integralize, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2607117718333977>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-5791-029x>
joaofernandesfloriano@gmail.com

Resumo

Objetivo: Mapear e analisar os desafios da formação universitária em saúde no ensino superior público brasileiro relacionados à precarização do trabalho docente e ao financiamento inadequado. Métodos: Revisão de escopo, desenvolvida entre janeiro e fevereiro de 2026, conduzida conforme as recomendações do Instituto Joanna Briggs e orientada pelo checklist PRISMA-ScR. O protocolo foi registrado na Open Science Framework. Utilizou-se a estratégia PCC para formulação da pergunta norteadora: P – docentes e cursos da área da saúde; C – desafios da formação universitária em saúde associados à precarização do trabalho docente e ao financiamento inadequado; C – ensino superior público brasileiro. A pergunta norteadora foi: “Quais são os desafios da

Abstract

Objective: To map and analyze the challenges of university education in health within Brazilian public higher education related to the precarization of academic work and inadequate funding. Methods: A scoping review conducted between January and February 2026, in accordance with the Joanna Briggs Institute recommendations and guided by the PRISMA-ScR checklist. The protocol was registered with the Open Science Framework. The PCC strategy was used to formulate the guiding question: P – faculty members and health-related undergraduate programs; C – challenges of university education in health associated with the precarization of academic work and inadequate funding; C – Brazilian public higher education. The guiding question was: “What are

formação universitária em saúde no ensino superior público brasileiro relacionados à precarização do trabalho docente e ao financiamento inadequado, segundo a literatura científica?”. Foram incluídos estudos publicados nos últimos cinco anos, de acesso livre, em todos os idiomas, que abordassem formação em saúde, trabalho docente e financiamento no contexto das universidades públicas brasileiras. Excluíram-se estudos fora desse contexto ou que não dialogassem com o escopo proposto. As buscas foram realizadas nas bases PubMed, Medline, Cochrane Library e Google Acadêmico. A seleção e extração dos dados foram realizadas por dois revisores independentes. Resultados e Discussão: Foram incluídos 12 estudos, majoritariamente analíticos, qualitativos e documentais, com níveis de evidência predominantemente moderados. Os achados demonstram que o subfinanciamento progressivo das universidades públicas impacta diretamente a formação em saúde, com redução de recursos para laboratórios, campos de prática, bolsas acadêmicas e projetos de extensão. Evidencia-se que a precarização do trabalho docente, embora histórica, intensificou-se nos últimos anos, caracterizando-se pela diminuição de concursos públicos, ampliação de contratos temporários e sobrecarga de docentes efetivos. CONCLUSÃO: Os desafios da formação universitária em saúde no ensino superior público brasileiro estão fortemente associados ao financiamento inadequado e à precarização do trabalho docente. A austeridade fiscal prolongada compromete condições estruturais e humanas essenciais ao processo formativo.

Palavras-chave: Formação em Saúde. Ensino Superior Público. Trabalho Docente. Financiamento Público. Precarização do Trabalho.

the challenges of university education in health in Brazilian public higher education related to the precarization of academic work and inadequate funding, according to the scientific literature?”. Studies published in the last five years, with open access, in all languages, addressing health education, academic work, and funding within the context of Brazilian public universities were included. Studies outside this context or not aligned with the proposed scope were excluded. Searches were conducted in PubMed, Medline, the Cochrane Library, and Google Scholar. Study selection and data extraction were performed by two independent reviewers. Results and Discussion: Twelve studies were included, predominantly analytical, qualitative, and documentary in nature, with mostly moderate levels of evidence. The findings indicate that the progressive underfunding of public universities directly affects health education, leading to reduced resources for laboratories, practice settings, academic scholarships, and extension projects. The precarization of academic work, although historically present, has intensified in recent years, characterized by a reduction in public recruitment processes, expansion of temporary contracts, and increased workload for tenured faculty. Conclusion: The challenges of university education in health in Brazilian public higher education are strongly associated with inadequate funding and the precarization of academic work. Prolonged fiscal austerity compromises essential structural and human conditions for the educational process.

Keywords: Health Education. Public Higher Education. Academic Work. Public Funding. Labor Precarization.

1 INTRODUÇÃO

A formação universitária em saúde no ensino superior público brasileiro constitui-se como um processo socialmente estratégico, responsável pela qualificação de profissionais que atuarão em sistemas complexos de cuidado. Essa formação articula ensino, pesquisa e extensão, exigindo condições institucionais estáveis, trabalho docente qualificado e financiamento público compatível com a complexidade dos cursos da área

da saúde. Além disso, envolve compromissos éticos e sociais vinculados à defesa do Sistema Único de Saúde e à redução das desigualdades em saúde (Sguissardi *et al.*, 2023).

O trabalho docente nas universidades públicas brasileiras tem sido progressivamente marcado por processos de intensificação, flexibilização e precarização, expressos na sobrecarga de atividades, na instabilidade contratual e na ampliação de exigências produtivistas. Esses elementos impactam as condições de ensino e a qualidade dos processos formativos. A multiplicidade de funções atribuídas ao docente fragiliza o tempo destinado ao planejamento pedagógico e ao acompanhamento discente (ANDES-SN *et al.*, 2022).

No campo da saúde, a precarização do trabalho docente adquire contornos específicos, uma vez que a formação envolve atividades teórico-práticas, supervisão em serviços, integração ensino-serviço e produção científica. A fragilização das condições de trabalho compromete a articulação entre teoria e prática, elemento central da educação em saúde. Tal comprometimento repercute negativamente na formação crítica e reflexiva dos futuros profissionais (Teixeira *et al.*, 2024).

O financiamento público insuficiente das universidades federais e estaduais configura-se como um dos principais determinantes estruturais das dificuldades enfrentadas pelo ensino superior. Cortes orçamentários e instabilidade no repasse de recursos afetam infraestrutura, políticas de permanência e condições de trabalho docente, limitando a capacidade institucional de sustentar projetos pedagógicos de longo prazo (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira *et al.*, 2023).

A relação entre financiamento inadequado e precarização do trabalho docente revela-se estrutural, uma vez que restrições orçamentárias tendem a ser compensadas pela intensificação do trabalho e pela ampliação de vínculos temporários. Esse cenário tensiona a sustentabilidade institucional das universidades públicas. Ademais, reforça desigualdades internas e fragiliza a carreira docente enquanto projeto profissional coletivo (Amaral e Mancebo, 2022).

No âmbito da formação em saúde, tais desafios repercutem na organização curricular, na oferta de campos de prática e na qualidade da supervisão acadêmica. A formação passa a ser realizada em contextos marcados por escassez de recursos e sobrecarga docente, afetando a experiência formativa discente. Como consequência, podem emergir lacunas na formação profissional e consolidação de competências essenciais ao cuidado integral em saúde (Ceccim *et al.*, 2023).

A universidade pública brasileira tem sido historicamente orientada por um projeto de formação crítica e socialmente referenciada, especialmente na área da saúde. Entretanto, a precarização do trabalho docente (expressa também pela insuficiência de professores para ministrar disciplinas essenciais) e o subfinanciamento tensionam esse projeto, reconfigurando sentidos, prioridades e práticas da formação universitária. Essas transformações fragilizam a coerência pedagógica dos cursos e colocam em risco o compromisso social, público e emancipatório da educação superior (Chauí *et al.*, 2022).

A expansão de políticas de avaliação e produtividade acadêmica também incide sobre o trabalho docente, ampliando demandas por publicações, captação de recursos e desempenho institucional. No contexto de financiamento restrito, essas exigências contribuem para a intensificação do trabalho e para o adoecimento docente. Tais pressões reforçam uma lógica gerencial que frequentemente se sobrepõe às finalidades pedagógicas da universidade (Bosi *et al.*, 2024).

A compreensão dos desafios da formação universitária em saúde requer, portanto, uma leitura integrada das dimensões pedagógica, laboral e financeira do ensino superior público. A precarização do trabalho docente e o financiamento inadequado configuram-se como processos interdependentes que moldam o cotidiano universitário. Essa articulação evidencia que os problemas formativos extrapolam o âmbito pedagógico estrito (Dourado *et al.*, 2023).

Nesse cenário, discutir os desafios da formação universitária em saúde no ensino superior público brasileiro implica reconhecer as condições materiais e institucionais que sustentam o trabalho docente. Tal compreensão é fundamental para analisar os limites e possibilidades da formação em saúde em contextos de restrição orçamentária e reconfiguração do trabalho acadêmico. Além disso, contribui para o debate sobre políticas públicas voltadas ao fortalecimento da universidade pública (Mancebo *et al.*, 2025).

A intensificação das atividades acadêmicas, a sobrecarga de funções, a instabilidade dos vínculos e a pressão produtivista fragilizam as condições de ensino, pesquisa e extensão, ao mesmo tempo em que a limitação orçamentária afeta infraestrutura, insumos pedagógicos e campos de prática. Assim, o estudo tem como objetivo mapear e analisar os desafios da formação universitária em saúde no ensino superior público brasileiro relacionados à precarização do trabalho docente e ao financiamento inadequado.

2 METODOLOGIA

Estudo do tipo revisão de escopo, realizado de janeiro a fevereiro de 2026, conduzido conforme as recomendações metodológicas do Instituto Joanna Briggs (Peters *et al.*, 2022). O estudo foi estruturado segundo um delineamento rigoroso, assegurando a rastreabilidade, a transparência e a reprodutibilidade de todas as etapas, sendo registrado na plataforma Open Science Framework (OSF): <<https://doi.org/10.17605/OSF.IO/U2ZX4>>. O registro tem objetivo de promover publicidade do protocolo e alinhamento às boas práticas da ciência aberta (Galvão, Pansani e Harad, 2015; Tricco *et al.*, 2018).

Seguindo as recomendações do JBI para revisões de escopo, a estrutura metodológica foi delineada de modo a integrar referenciais consolidados de rigor científico. Inicialmente, adotaram-se as diretrizes propostas por Peters *et al.* (2020), que orientam revisões de escopo voltadas ao mapeamento amplo de evidências, à identificação de lacunas do conhecimento e à análise conceitual de fenômenos complexos. Em seguida, incorporaram-se as recomendações do checklist PRISMA-ScR, atualizado por Tricco *et al.* (2018), que qualifica o relato metodológico ao enfatizar a transparência dos processos de busca, seleção e síntese dos achados.

Posteriormente, adotou-se o protocolo de Galvão, Pansani e Harrad (2015) como instrumento de operacionalização das diretrizes internacionais, conferindo aplicabilidade prática e contextualização ao cenário brasileiro. A convergência entre as propostas de Peters (2020), Tricco (2018) e Galvão (2015) resultou em uma estrutura metodológica robusta, organizada em cinco etapas sequenciais: (1) formulação da pergunta de pesquisa segundo a estratégia PCC; (2) identificação de estudos relevantes em bases de dados indexadas; (3) seleção conforme critérios de elegibilidade; (4) extração sistemática das informações pertinentes; e (5) síntese e mapeamento dos achados.

Na primeira etapa, utilizou-se a estratégia PCC (População, Conceito e Contexto) para definição do escopo do estudo. P (População): docentes e cursos da área da saúde; C (Conceito): desafios da formação universitária em saúde relacionados à precarização do trabalho docente e ao financiamento inadequado; C (Contexto): ensino superior público brasileiro. A pergunta norteadora formulada foi: “Quais são os desafios da formação universitária em saúde no ensino superior público brasileiro relacionados à

precarização do trabalho docente e ao financiamento inadequado, segundo a literatura científica?”

Na segunda etapa, a busca foi realizada nas bases PubMed, Medline, Lilacs, Cochrane Library, complementada por pesquisas no Google Acadêmico, considerando a relevância da literatura nacional e internacional sobre políticas educacionais, trabalho docente e formação em saúde. Para a elaboração das estratégias de busca, consultou-se o DeCS/MeSH por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com utilização de descritores em inglês combinados por operadores booleanos: *(Health Education OR Health Training) AND (Higher Education OR Universities) AND (Teachers OR Faculty OR Academic Staff) AND (Working Conditions OR Employment Conditions OR Funding) AND (Brazil)*.

Na terceira etapa do estudo, seguindo o fluxograma PRISMA-ScR adaptado de Tricco *et al.* (2018) (Figura 1), procedeu-se à busca, triagem e seleção dos estudos em quatro subetapas. Na fase de Identificação, os registros provenientes das bases de dados e das buscas complementares foram exportados, organizados e submetidos à remoção de duplicatas por dois revisores. Em seguida, na etapa de Seleção, realizou-se a leitura de títulos e resumos, excluindo estudos que não abordassem a formação universitária em saúde, o ensino superior público ou aspectos relacionados ao trabalho docente e ao financiamento.

Na subetapa de Elegibilidade, os textos completos foram analisados conforme os critérios previamente definidos, considerando a pertinência ao conceito central da revisão e ao contexto brasileiro. Divergências entre os revisores foram resolvidas por consenso. Na fase de Inclusão, os estudos que atenderam aos critérios foram incorporados ao escopo final da revisão, codificados e encaminhados para a etapa de extração dos dados, compondo o fluxograma apresentado na Figura 1.

Na quarta etapa, foram incluídos estudos completos publicados nos últimos cinco anos, de acesso livre, em todos os idiomas, que abordassem a formação universitária em saúde no ensino superior público brasileiro, com foco em precarização do trabalho docente, condições de trabalho, financiamento público e seus impactos nos processos formativos. Foram considerados estudos empíricos, estudos qualitativos, estudos de políticas públicas, análises documentais e revisões de literatura. Excluíram-se estudos que não se referissem ao contexto do ensino superior público ou que não dialogassem com o escopo proposto.

Na quinta etapa, os dados dos estudos selecionados foram sistematicamente extraídos, analisados cegamente e organizados em uma planilha estruturada na ferramenta Rayyan, por 2 revisores, otimizando o processo de análise e permitindo a integração consistente dos resultados provenientes dos diferentes estudos. Em conformidade com as recomendações de Kellermeyer, Harnke e Knight (2018), realizou-se uma análise detalhada dos dados mediante leitura integral dos artigos selecionados. Os resultados foram apresentados por meio de um fluxograma de seleção e extração de estudos, conforme ilustrado na Figura 1.

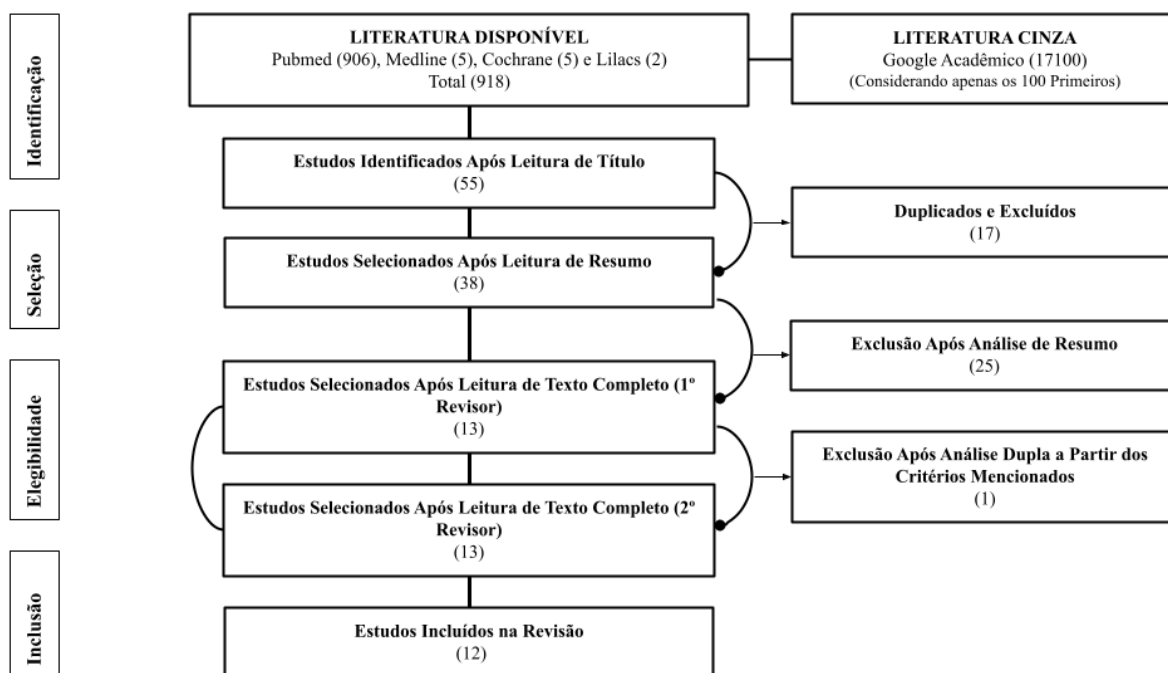
Após o processo de extração dos resultados, cada estudo foi incluído nos quadros (1, 2 e 3), estes que organizaram os estudos aplicando um código único, composto pela sigla “Cod” seguida de uma sequência numérica de cada Estudo (E), organizando (E+ número sequencial: E1, E2, E3...). As informações extraídas foram organizadas da seguinte forma: Quadro 1 – Título, autores, ano de publicação e Nível de Evidência (NE), conforme a classificação do Oxford Centre for Evidence-Based Medicine (2024); Quadro 2 – objetivo, tipo de estudo e população/amostra; Quadro 3 – abordagens de avaliação, estratégias de manejo e intervenções de enfermagem.

3 RESULTADOS

O processo de seleção dos estudos seguiu as etapas do prisma de forma sistemática. Inicialmente, foram identificados 918 registros na literatura disponível, provenientes de Pubmed (906), Medline (5), Cochrane (5) e Lilacs (2), além de 17.100 registros da literatura cinza via Google Acadêmico, considerando apenas os 100 primeiros. Após a leitura dos títulos, 55 estudos foram considerados potencialmente relevantes, com a exclusão de 17 por duplicidade ou inadequação aos critérios. Na fase de seleção, 38 estudos tiveram seus resumos analisados, resultando na exclusão de 25. Em seguida, 13 estudos foram avaliados em texto completo pelo primeiro revisor, com a exclusão de 1 após análise dupla conforme os critérios estabelecidos. Por fim, 13 estudos foram reavaliados pelo segundo revisor, culminando na inclusão de 12 estudos na revisão.

Figura 1

Processo de Seleção de Estudos Para a Revisão Sistemática



Fonte: Autores, 2026.

O Quadro 1 – “Informações Gerais de Cada Estudo” organiza os dados básicos dos estudos. Cada linha recebe um código (E-estudo+número) para facilitar a referência ao longo do trabalho. As colunas incluem: "Cod" (código do estudo), "Título" (nome completo da pesquisa), "Autor(es)" (responsáveis pela autoria), "Ano" (ano de publicação) e "NE" (nível de evidência segundo a Classificação de Oxford, 2024). O quadro fornece uma visão geral das fontes, permitindo rápida identificação e comparação entre os estudos.

Tabela 1

Informações Gerais de Cada Estudo

Cod	Título	Autor(es)	Ano	NE
E1	Financiamento da educação superior brasileira: impasses e desafios contemporâneos	Amaral <i>et al.</i>	2023	2a
E2	Austeridade fiscal e educação superior no Brasil	Castro	2021	2a
E3	Formação em saúde e universidade pública: desafios no contexto do SUS	Ceccim <i>et al.</i>	2024	2a
E4	Intensificação do trabalho docente nas universidades públicas brasileiras	Dal Rosso <i>et al.</i>	2022	2b
E5	Health professionals for a new century: lessons from Latin America	Frenk <i>et al.</i>	2022	2a
E6	Precarização do trabalho docente na educação superior brasileira	Gemelli <i>et al.</i>	2023	2b
E7	Higher education under pressure in Brazil	Knobel <i>et al.</i>	2021	4
E8	A crise da ciência no Brasil: austeridade e universidade pública	Mancebo <i>et al.</i>	2022	2a
E9	Financiamento e políticas para a educação superior no Brasil	Oliveira <i>et al.</i>	2021	2a
E10	Formação em saúde e condições de trabalho docente nas universidades federais	Pereira <i>et al.</i>	2022	2b
E11	Universidade pública brasileira: financiamento, trabalho docente e desafios	Sguissardi <i>et al.</i>	2022	2a
E12	Cortes orçamentários e impactos na formação em saúde em universidades federais	Silva <i>et al.</i>	2023	2b

Fonte: Autores, 2026.

O Quadro 2 – “Informações Metodológicas Específicas de Cada Estudo” tem como objetivo apresentar de forma sistematizada os principais aspectos metodológicos dos estudos analisados. Cada linha representa um estudo, o mesmo utilizado no Quadro 1, possibilitando a coerência e a rastreabilidade entre as informações. Este quadro permite uma análise comparativa entre os métodos utilizados nos estudos, auxiliando na avaliação da consistência, qualidade e aplicabilidade das evidências apresentadas.

As colunas estão organizadas da seguinte forma: "Cod", que indica o código do estudo; "Objetivo", onde será descrita a finalidade principal da pesquisa; "Tipo de Estudo", que informa o delineamento metodológico adotado (como estudo de caso, transversal, qualitativo, quantitativo, etc.); e por fim, a "População/Amostra", que especifica o grupo de participantes ou o número de elementos investigados.

Tabela 2

Informações Metodológicas Específicas de Cada Estudo

Cod	Objetivo	Tipo de Estudo	População/Amostra
E1	Analisar os impasses estruturais e os desafios contemporâneos do financiamento da educação superior brasileira.	Estudo analítico-documental	Políticas públicas e dados institucionais da educação superior no Brasil.
E2	Examinar os efeitos da austeridade fiscal sobre o financiamento e a expansão da educação superior no Brasil.	Estudo teórico-analítico	Sistema de educação superior brasileiro.
E3	Analisar os desafios da formação em saúde nas universidades públicas no contexto do SUS.	Estudo analítico-reflexivo	Instituições públicas de ensino superior e cursos da área da saúde.
E4	Investigar os processos de intensificação do trabalho docente nas universidades públicas brasileiras.	Estudo empírico qualitativo	Docentes de universidades públicas brasileiras.
E5	Discutir lições latino-americanas para a formação de profissionais de saúde no século XXI.	Análise crítica internacional	Sistemas de formação em saúde na América Latina.
E6	Analisar a precarização do trabalho docente na educação superior brasileira e seus determinantes estruturais.	Estudo empírico qualitativo	Docentes da educação superior brasileira.
E7	Analisar pressões políticas, econômicas e institucionais sobre a educação superior brasileira.	Ensaio analítico	Sistema universitário brasileiro.
E8	Examinar os impactos da austeridade fiscal sobre a ciência e a universidade pública no Brasil.	Estudo analítico-documental	Universidades públicas e sistema nacional de ciência e tecnologia.
E9	Analisar políticas de financiamento e regulação da educação superior brasileira.	Estudo analítico de políticas públicas	Sistema de educação superior no Brasil.
E10	Analisar as condições de trabalho docente e seus impactos na formação em saúde nas universidades federais.	Estudo empírico qualitativo	Docentes de cursos da área da saúde em universidades federais.
E11	Analisar a relação entre financiamento público, trabalho docente e desafios estruturais da universidade pública brasileira.	Estudo analítico-documental	Universidades públicas brasileiras.
E12	Analisar os impactos dos cortes orçamentários sobre a formação em saúde nas universidades federais.	Estudo empírico qualitativo	Cursos e docentes da área da saúde em universidades federais.

Fonte: Autores, 2026.

Os estudos analisados convergem ao demonstrar que o subfinanciamento progressivo impactou diretamente a formação universitária em saúde, especialmente pela

diminuição de recursos para manutenção de laboratórios, campos de prática, bolsas acadêmicas e projetos de extensão. Paralelamente, os achados indicam que a precarização do trabalho docente, embora presente historicamente, passou por um processo de intensificação mais recente, sobretudo nos últimos 6-8 anos.

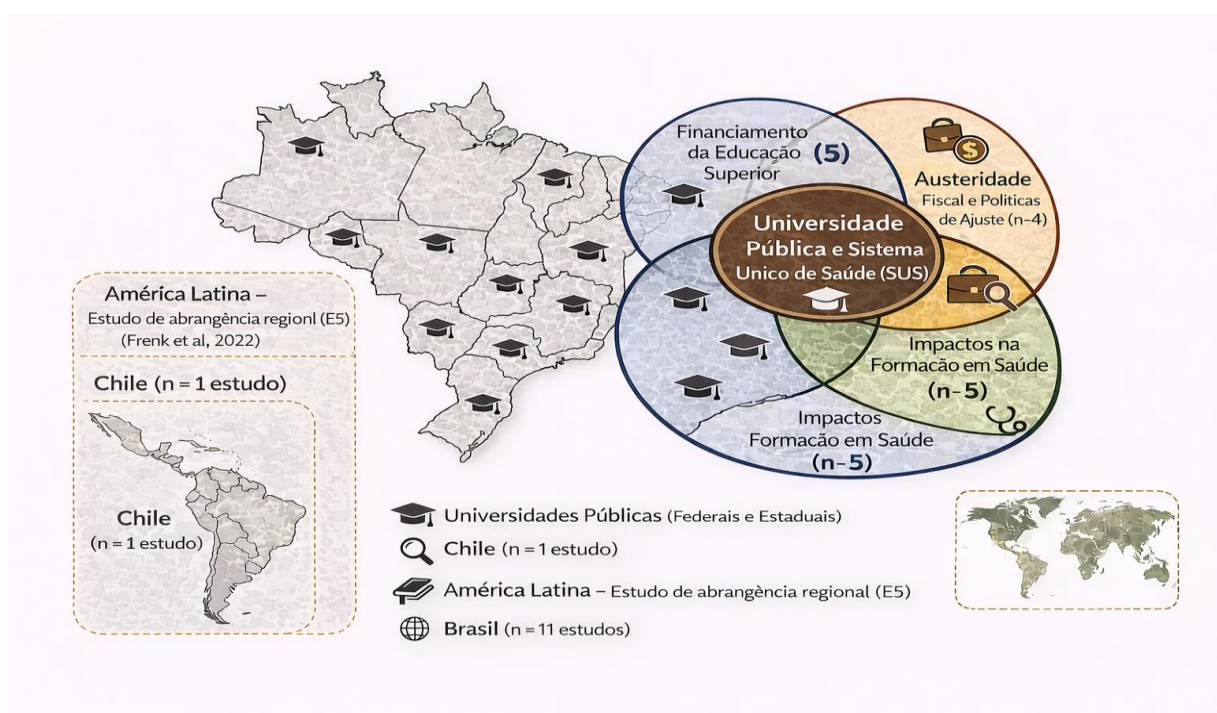
A literatura também aponta redução significativa de concursos públicos, ampliação de contratos temporários e sobrecarga de docentes efetivos como estratégias institucionais para enfrentar a escassez orçamentária. Tal intensificação repercutiu negativamente na qualidade da formação em saúde, limitando o tempo disponível para supervisão de estágios, planejamento pedagógico, atividades de pesquisa e articulação interprofissional, dimensões centrais para uma formação crítica e integral.

A expansão de vagas sem financiamento proporcional, aliada a vínculos laborais instáveis, sobrecarga de trabalho e contratos temporários, limita o acompanhamento pedagógico, enfraquece metodologias ativas e compromete a integração ensino-pesquisa-extensão. Esses processos impactam também a saúde mental dos docentes e a capacidade institucional de formar profissionais críticos e socialmente comprometidos.

A Figura 2: apresenta a distribuição geográfica e a contextualização temática dos estudos incluídos nesta revisão de escopo, evidenciando a predominância de pesquisas desenvolvidas no contexto brasileiro e a articulação entre financiamento da educação superior, austeridade fiscal, trabalho docente e formação em saúde no âmbito das universidades públicas e do Sistema Único de Saúde (SUS).

Figura 2

Distribuição geográfica e contextual dos estudos incluídos.



Fonte: Autores, 2026.

Observa-se a predominância de 11 estudos realizados no Brasil, e 1 estudo realizado no Chile, com foco nas universidades públicas federais e estaduais. Em conjunto, os estudos abordam de forma inter-relacionada o panorama do financiamento da educação superior, a austeridade fiscal e as políticas de ajuste, a precarização e intensificação do trabalho docente e os impactos na formação em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Destaca-se ainda a presença de um estudo de abrangência latino-americana, que contribui para a contextualização regional dos desafios estruturais analisados.

4 DISCUSSÃO

A literatura científica e os estudos institucionais convergem ao demonstrar que o financiamento das universidades federais brasileiras sofreu redução real expressiva a partir de 2014, com agravamento estrutural após 2016. Análises orçamentárias indicam queda acumulada em torno de 30% a 40% no orçamento discricionário entre 2014 e 2022, principal fonte para custeio de laboratórios, estágios e atividades práticas da formação em saúde (Amaral *et al.*, 2023; Sguissardi *et al.*, 2022).

Os recursos de investimento (capital) foram os mais afetados, com reduções superiores a 80% no mesmo período, chegando a níveis residuais em diversas IFES, o que comprometeu diretamente a manutenção e atualização de infraestrutura formativa (Mancebo *et al.*, 2022). Estudos também apontam diminuição real do gasto público por estudante, estimada entre 25% e 35%, em um contexto de expansão de matrículas, gerando compressão financeira estrutural (Amaral *et al.*, 2023).

Além disso, a literatura destaca o congelamento nominal das bolsas acadêmicas por mais de uma década, resultando em perda real superior a 60% do poder de compra, com impacto direto na permanência estudantil e na formação científica em saúde (Oliveira *et al.*, 2021). Esses achados evidenciam que a restrição financeira é quantitativamente mensurável, contínua e cumulativa, afetando de modo particularmente intenso os cursos da área da saúde, caracterizados por maior custo pedagógico e dependência de infraestrutura.

Dessa forma, há evidências suficientes que comprovam que a formação universitária em saúde nas universidades públicas brasileiras tem sido profundamente afetada por transformações estruturais no financiamento estatal e nas condições de trabalho docente. A austeridade fiscal prolongada compromete elementos essenciais do processo formativo, como laboratórios, estágios supervisionados e renovação do quadro docente, impactando diretamente a qualidade do ensino e a articulação ensino-serviço (Mancebo *et al.*, 2022).

A redução contínua dos orçamentos institucionais impõe limites materiais e humanos às universidades, especialmente nos cursos da área da saúde, que demandam elevados investimentos em infraestrutura e pessoal qualificado. Nesse cenário, a precarização do trabalho docente surge não como fenômeno isolado, mas como estratégia institucional de sobrevivência frente ao subfinanciamento crônico (Castro, 2021).

Estudos críticos sobre o financiamento da ciência e da educação superior evidenciam que a instabilidade orçamentária reduz bolsas, inviabiliza projetos pedagógicos mais robustos e incentiva vínculos laborais precários. Esses fatores fragilizam a formação em saúde ao comprometer a continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, pilares do modelo universitário público brasileiro (Oliveira *et al.*, 2021).

A intensificação e a precarização do trabalho docente manifestam-se de forma particularmente aguda na formação em saúde, uma vez que essa área exige

acompanhamento próximo dos estudantes em cenários práticos. Pesquisas empíricas mostram que contratos temporários, múltiplas funções e sobrecarga de trabalho reduzem o tempo disponível para supervisão de estágios e para a integração ensino-pesquisa-extensão (Gemelli *et al.*, 2023).

A Emenda Constitucional n.º 95 aprofunda esse quadro ao impor um teto de gastos que desconsidera o crescimento das demandas educacionais e sanitárias. Seus efeitos sobre as universidades públicas incluem restrições à contratação docente e à manutenção de infraestrutura, ampliando a precarização do trabalho e limitando a qualidade da formação em saúde (Castro, 2021).

Estudos qualitativos com gestores e docentes revelam que, diante do subfinanciamento crônico, as instituições recorrem a adaptações improvisadas de currículos e práticas pedagógicas. Embora essas estratégias permitam a continuidade dos cursos, produzem prejuízos à formação crítica, integral e socialmente comprometida dos futuros profissionais de saúde (Pereira *et al.*, 2022).

A literatura internacional e latino-americana corrobora esse diagnóstico ao apontar que restrições financeiras e vínculos instáveis de trabalho docente fragilizam metodologias ativas e a educação interprofissional. Esses componentes são centrais para a formação em saúde contemporânea, especialmente em sistemas públicos como o SUS (Frenk *et al.*, 2022).

Estudos de caso em universidades federais do Nordeste brasileiro demonstram que os cortes orçamentários mais recentes resultaram em redução significativa de atividades práticas, de extensão e de pesquisa. A precarização docente aparece como fator estruturante desse processo, comprometendo a continuidade e a qualidade da formação universitária em saúde (Silva *et al.*, 2023).

A expansão do ensino superior sem financiamento proporcional também contribui para a intensificação do trabalho docente. O aumento do número de vagas sem ampliação do quadro de professores, resulta em maior número de estudantes por docente e menor acompanhamento pedagógico, afetando negativamente a formação (Knobel *et al.*, 2021). A intensificação do trabalho docente tem repercussões não apenas institucionais, mas também subjetivas, causando impactos sobre a saúde mental dos professores e sobre a qualidade do ensino oferecido, especialmente na formação em saúde (Dal Rosso *et al.*, 2022).

Revisões narrativas sobre políticas públicas de financiamento reforçam que os cursos da área da saúde são particularmente sensíveis à instabilidade orçamentária, em razão de seus altos custos operacionais (Amaral *et al.*, 2023). Análises longitudinais também evidenciam correlação consistente entre cortes orçamentários, aumento de contratos temporários e queda de investimentos na formação em saúde ao longo da última década, indicando riscos concretos à sustentabilidade da formação universitária pública e à capacidade do Estado de formar profissionais qualificados (Sguissardi *et al.*, 2022).

A sobrecarga e a instabilidade dos vínculos dificultam o acompanhamento sistemático dos estudantes nos serviços de saúde, comprometendo a qualidade da formação prática e a integração com as necessidades do sistema público (Gemelli *et al.*, 2023). Artigos recentes ressaltam que a formação em saúde orientada pelos princípios do SUS exige condições institucionais estáveis, valorização docente e financiamento adequado. A precarização e o subfinanciamento limitam a capacidade das universidades públicas de formar profissionais críticos, éticos e socialmente comprometidos (Ceccim *et al.*, 2024).

Em síntese, as evidências convergem para a compreensão de que os desafios da formação universitária em saúde no ensino superior público brasileiro estão profundamente vinculados à precarização do trabalho docente e ao financiamento inadequado. Superar esse quadro requer políticas estruturais de investimento contínuo, valorização do trabalho docente e fortalecimento das universidades públicas como espaços estratégicos para a formação em saúde e para a sustentabilidade do SUS (Mancebo *et al.*, 2022; Ceccim *et al.*, 2024).

5 CONCLUSÃO

A formação universitária em saúde no ensino superior público brasileiro tem sido significativamente comprometida pelo subfinanciamento contínuo e pela intensificação da precarização do trabalho docente. A redução progressiva dos recursos orçamentários impacta diretamente a infraestrutura formativa, os campos de prática, as atividades de pesquisa e extensão e a permanência estudantil, afetando de modo mais intenso os cursos da área da saúde, caracterizados por maior complexidade pedagógica e custo operacional.

Os resultados evidenciam que a precarização do trabalho docente não constitui fenômeno isolado, mas estratégia estrutural de adaptação institucional diante da restrição

financeira. A ampliação de contratos temporários, a sobrecarga de trabalho e a redução de concursos públicos limitam o acompanhamento pedagógico, fragilizam metodologias ativas e comprometem a integração ensino-pesquisa-extensão, com repercussões negativas na qualidade da formação e na saúde mental dos docentes.

Identificam-se ainda dificuldades relacionadas à expansão de vagas sem financiamento proporcional, à instabilidade dos vínculos de trabalho e à redução do tempo destinado à supervisão de estágios e à articulação ensino-serviço. Esses fatores comprometem a capacidade das universidades públicas de formar profissionais críticos, éticos e preparados para responder às demandas do Sistema Único de Saúde.

Diante desse cenário, recomenda-se a retomada de políticas estruturais de financiamento público contínuo, a valorização do trabalho docente por meio de vínculos estáveis e condições adequadas de trabalho, bem como o fortalecimento institucional das universidades públicas. Tais medidas são essenciais para assegurar a sustentabilidade da formação universitária em saúde, a qualidade dos processos formativos e o cumprimento do papel estratégico dessas instituições na consolidação do SUS.

REFERÊNCIAS

- Amaral, N. C.; Mancebo, D. Financiamento da educação superior pública no Brasil: impasses e perspectivas. **Educação & Sociedade**, v. 43, e260112, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.260112>. Acesso em: 03 jan. 2026.
- Amaral, N. C.; *et al.* Financiamento da educação superior brasileira: impasses e desafios contemporâneos. **Educação & Sociedade**, v. 44, e257890, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.257890>. Acesso em: 03 jan. 2026.
- ANDES-SN. Precarização do trabalho docente nas universidades públicas brasileiras. Brasília: ANDES-SN, 2022. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/publicacao/precarizacao-do-trabalho-docente>. Acesso em: 03 jan. 2026.
- Bosi, M. L. M.; *et al.* Produtivismo acadêmico e saúde do trabalhador docente no ensino superior. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 22, e0230123, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs230123>. Acesso em: 03 jan. 2026.
- Ceccim, R. B.; *et al.* Formação em saúde e universidade pública: desafios contemporâneos. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 27, e230145, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.230145>. Acesso em: 03 jan. 2026.

- Ceccim, R. B.; *et al.* Formação em saúde e universidade pública: desafios no contexto do SUS. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 28, e230456, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.230456>. Acesso em: 03 jan. 2026.
- Castro, A. M. D. Austeridade fiscal e educação superior no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, e260028, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260028>. Acesso em: 03 jan. 2026.
- Chauí, M.; *et al.* Universidade pública sob ataque: crise e resistência. **Revista USP**, n. 136, p. 15–28, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/198745>. Acesso em: 03 jan. 2026.
- Dal Rosso, S.; *et al.* Intensificação do trabalho docente nas universidades públicas brasileiras. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 20, e00345123, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00345>. Acesso em: 03 jan. 2026.
- Dourado, L. F.; *et al.* Políticas de educação superior e financiamento público no Brasil. **Educação em Revista**, v. 39, e39023, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469839023>. Acesso em: 03 jan. 2026.
- Frenk, J.; *et al.* Health professionals for a new century: lessons from Latin America. **The Lancet**, v. 399, n. 10341, p. 1907–1916, 2022. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(22\)00422-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(22)00422-1). Acesso em: 03 jan. 2026.
- Galvão, T. F.; Pansani, T. S. A.; Harrad, D. Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: a recomendação PRISMA. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, p. 335–342, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>. Acesso em: 15 out. 2025.
- Gemelli, C. E.; *et al.* Precarização do trabalho docente na educação superior brasileira. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 39, n. 1, p. 1–18, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol39n12023.125678>. Acesso em: 03 jan. 2026.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior 2022: notas estatísticas. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas>. Acesso em: 03 jan. 2026.
- JBI – Joanna Briggs Institute. Evidence Implementation Training Program. 2022. Disponível em: <http://www.ee.usp.br/jbibrasil/cursos/evidence-implementation-training-program-eitp/>. Acesso em: 15 out. 2025.
- Kellermeyer, L.; Harnke, B.; Knight, S. Covidence and Rayyan. **Journal of the Medical Library Association: JMLA**, v. 106, n. 4, p. 580, 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6148615/>. Acesso em: 15 out. 2025.
- Knobel, M.; *et al.* Higher education under pressure in Brazil. **International Higher Education**, n. 105, p. 12–14, 2021. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/index.php/ihe/article/view/14397>. Acesso em: 03 jan. 2026.

- Mancebo, D.; *et al.* Trabalho docente e universidade pública no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 30, e300018, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782025300018>. Acesso em: 03 jan. 2026.
- Mancebo, D.; *et al.* A crise da ciência no Brasil: austeridade e universidade pública. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 38, n. 3, p. 1–19, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol38n32022.122690>. Acesso em: 03 jan. 2026.
- Oliveira, J. F.; *et al.* Financiamento e políticas para a educação superior no Brasil. **Educação & Realidade**, v. 46, n. 4, e114455, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-6236114455>. Acesso em: 03 jan. 2026.
- Oxford Centre for Evidence-Based Medicine. Levels of evidence. 2024. Disponível em: <https://www.cebm.ox.ac.uk/resources/levels-of-evidence/ocebmllevels-of-evidence>. Acesso em: 15 out. 2025.
- Pereira, I. B.; *et al.* Formação em saúde e condições de trabalho docente nas universidades federais. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 134, p. 1024–1037, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213407>. Acesso em: 03 jan. 2026.
- Peters, M. D. J.; *et al.* Best practice guidance and reporting items for the development of scoping review protocols. **JBIE Evidence Synthesis**, v. 20, n. 4, p. 953–968, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11124/JBIES-21-00242>. Acesso em: 15 out. 2025.
- Sguissardi, V.; *et al.* Universidade pública, financiamento e trabalho docente: contradições recentes. **Avaliação**, v. 28, n. 2, p. 321–338, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772023000200007>. Acesso em: 03 jan. 2026.
- Sguissardi, V.; *et al.* Universidade pública brasileira: financiamento, trabalho docente e desafios. **Educação & Sociedade**, v. 43, e253114, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.253114>. Acesso em: 03 jan. 2026.
- Silva, A. A.; *et al.* Cortes orçamentários e impactos na formação em saúde em universidades federais. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 21, e00402145, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00402>. Acesso em: 03 jan. 2026.
- Teixeira, C. F.; *et al.* Formação universitária em saúde e condições de trabalho docente. **Saúde em Debate**, v. 48, n. 141, p. 214–226, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-110420241412>. Acesso em: 03 jan. 2026.
- Tricco, A. C.; *et al.* PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. **Annals of Internal Medicine**, v. 169, n. 7, p. 467–473, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7326/M18-0850>. Acesso em: 25 fev. 2025.

Contribuição dos autores

Todos os autores contribuíram igualmente para o desenvolvimento deste artigo.

Disponibilidade dos dados

Todos os conjuntos de dados relevantes para as conclusões deste estudo estão totalmente disponíveis no artigo.

Como citar este artigo (APA)

Pezzi Junior, S. A., Santana, E. S. de, Indiani, L., Fialho, D. G., Prudêncio, R., Silva, I. M. R., ... Floriano, J. F. DESAFIOS DA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA EM SAÚDE NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO DIANTE DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E DO SUBFINANCIAMENTO: REVISÃO DE ESCOPO. *Veredas Do Direito*, e234255.
<https://doi.org/10.18623/rvd.v23.n2.4255>